

## **ATA Nº 85/2002**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ**

Aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro de 2002, com início às 18 horas, realizou-se mais uma sessão ordinária do Poder Legislativo do Município de Pato Branco do ano de 2002, contando com a presença e participação dos seguintes vereadores: Agostinho Rossi - PTB, Antonio Urbano da Silva - PSC, Carlinho Antonio Polazzo - PFL, Clóvis Gresele - PPB, Dirceu Dimas Pereira - PPS, Enio Ruaro - PFL, Laurinha Luiza Dall'Igna - PPB, Leonir José Favin - PMDB, Nelson Bertani - PDT, Nereu Faustino Ceni - PC do B, Pedro Martins de Mello - PFL, Silvio Hasse - PDT, Valmir Tasca - PFL, Vilmar Maccari - PDT e Vilson Dala Costa - PMDB. Havendo quorum legal, sob a presidência do vereador Silvio Hasse foi aberta a sessão com a leitura de um trecho bíblico feita pelo vereador Antonio Urbano da Silva. Dando continuidade, foi lida e aprovada na íntegra a ata da sessão anterior nº 83/2002. Na seqüência, foi lido o convite para participar da solenidade de abertura oficial e sangria do primeiro barril da maior festa de chopp do Paraná, a Dezembrofest, que será no dia 6 de dezembro de 2002, às 19 horas e 30 minutos, no Parque de Exposições de Pato Branco. Na seqüência, foram lidas as proposições dos senhores vereadores. Do vereador Vilson Dala Costa - PMDB, com apoio dos vereadores Clóvis Gresele - PPB, Dirceu Dimas Pereira - PPS, Leonir José Favin - PMDB, Nereu Faustino Ceni - PC do B, Silvio Hasse - PDT, Pedro Martins de Mello - PFL, Valmir Tasca - PFL e Vilmar Maccari - PDT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao senhor Gilmar Luiz Arcari, Presidente da CCO - Comissão Central Organizadora da 9ª EXPOTATO - Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Pato Branco, realizada nos dias 9 e 17 de novembro de 2002, solicitando que informe esta Casa de Leis o que segue: relação das empresas que participaram da EXPOPATO/2002, contendo endereço, telefone, assim como os valores pagos pelo espaço, incluindo a área de alimentação; qual a empresa responsável pela comercialização dos espaços; quais os valores gastos com a publicidade do evento, informando as empresas contratadas para a divulgação e os valores investidos em cada veículo de comunicação; qual o valor pago pelas empresas que tiveram exclusividade de seus produtos na exposição; qual o valor pago pela empresa do parque de diversões; qual o custo de cada show. Do vereador Vilson Dala Costa - PMDB, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando que analise a possibilidade de construir uma rotatória na Avenida Tupi, em frente à Mecânica Pasa. A rotatória beneficiará muito o trânsito dos veículos naquele local, tendo em vista o grande movimento devido aos diversos estabelecimentos comerciais instalados nas imediações, como também, a saída para São Pedro de Alcântara, além de ser acesso ao Trevo do Patinho. Além de organizar o trânsito, a rotatória obrigará os motoristas menos conscientes, que trafegam em alta velocidade, a dirigirem com mais atenção e em menor velocidade, evitando assim a ocorrência de acidentes. Do vereador Vilson Dala Costa - PMDB, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando que através do Conselho Municipal de Transporte Coletivo - CMTC, analise a possibilidade de definir um espaço maior na Rua Iguaçu, próximo a esquina com a

Rua Caramuru, para os motoristas que trafegam no sentido Caramuru -Iguaçu. A solicitação visa atender principalmente os motoristas dos ônibus do transporte coletivo urbano, que devido ao pouco espaço para os mesmos fazerem a manobra, são obrigados a invadir a outra pista, causando transtornos aos veículos que trafegam no sentido contrário. Sugerimos que seja marcado o espaço com tartarugas, determinando um espaço maior para os ônibus transitarem com segurança. Do vereador Nelson Bertani - PDT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao senhor Gilmar Luiz Arcari, Presidente da CCO - Comissão Central Organizadora da 9ª EXPOTATO - Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Pato Branco, realizada de 9 e 17 de novembro de 2002, convidando-o para participar da sessão ordinária a ser realizada no dia 25 de novembro de 2002 (segunda- feira) com início às 18 horas para falar sobre a realização e os resultados da exposição. Dos vereadores Antonio Urbano da Silva - PSC, Enio Ruaro - PFL e Silvio Hasse - PDT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, reiterando pedidos anteriores, requerem seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando que através do departamento competente, providencie, com a maior urgência possível, o conserto no asfalto na Avenida Tupi, trecho compreendido entre o Posto 6 Rodas e o Trevo da Patrolinha. Lembramos que o pedido foi enviado ao Executivo Municipal por diversas vezes, e até a presente data o serviço de melhoria não foi executado. Somente para justificar a gravidade do problema, informamos sobre a ocorrência de um acidente, no dia 14 de novembro próximo passado, quando um ciclista, ao tentar desviar um buraco, foi atropelado por um veículo que trafegava pela Avenida Tupi, sendo que o motorista não teve chances para evitar o acidente. O menino ficou gravemente ferido. Solicitamos, especial atenção do Executivo Municipal, antes que ocorram acidentes com vítimas fatais, devido a má conservação das vias públicas de nossa cidade, que providencie a execução do conserto, principalmente no trecho acima referido, que se encontra totalmente danificado, não oferecendo as mínimas condições de segurança. Dos vereadores Agostinho Rossi - PTB, Antonio Urbano da Silva - PSC, Carlinho Antonio Polazzo - PFL, Clóvis Gresele - PPB, Dirceu Dimas Pereira - PPS, Enio Ruaro - PFL, Laurinha Luiza Dall'Igna - PPB, Leonir José Favin - PMDB, Nelson Bertani - PDT, Nereu Faustino Ceni - PC do B, Pedro Martins de Mello - PFL, Silvio Hasse - PDT, Valmir Tasca - PFL, Vilmar Maccari - PDT e Vilson Dala Costa - PMDB, no uso de suas atribuições legais e regimentais, atendendo pedido formulado pelo Senhor Valter Luiz Trojan, presidente da Associação de Moradores de São Roque do Chopim, requerem seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando a execução das seguintes melhorias para o Distrito: pavimentar as ruas; fazer extensão da rede de iluminação pública; executar abertura da rua marginal à BR; designar um gari para a limpeza pública; instalar ponto de transporte coletivo; fazer arborização nas ruas; solucionar o problema do banhado; viabilizar construção de conjunto habitacional; iniciar o atendimento da creche; construir passeios. Dos vereadores Antonio Urbano da Silva - PSC, Laurinha Luiza Dall'Igna - PPB, Leonir José Favin - PMDB, Nelson Bertani - PDT, Nereu Faustino Ceni - PC do B, Pedro Martins de Mello - PFL e Vilmar Maccari - PDT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme determina o inciso XVII, do artigo 144 do Regimento Interno desta Casa de Leis, requerem seja feito um minuto de silêncio e enviado Votos de Condolências aos

familiares de Itália Tamagno, pelo seu falecimento ocorrido no dia 18 de novembro de 2002. A pedido do vereador Nereu Faustino Ceni – PC do B, com aprovação da maioria dos vereadores, foi retirado o requerimento de autoria dos vereadores Enio Ruaro – PFL e Valmir Tasca – PFL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e na condição de autores do projeto de lei nº 49/2002, que acrescenta item 42 ao artigo 1º da lei nº 1.515, de 27 de novembro de 1996, criando o Bairro Veneza, solicitam que o mesmo seja colocado na Ordem do Dia da sessão ordinária do dia 21 de novembro de 2002 (quinta-feira). A solicitação se faz necessária uma vez que o prazo para a emissão de pareceres esgotou. Entendem os proponentes que não há necessidade de fazer plebiscito, conforme indicação da Comissão de Mérito, uma vez que o artigo 3º da lei nº 1.100, de 2 de abril de 2002, que institui normas para a identificação de próprios, vias e logradouros públicos do Município de Pato Branco, assim preceitua: “Art. 3º - A nomenclatura ou denominação de próprios, vias e logradouros públicos, será efetivada mediante expressa concordância da comunidade local interessada...” Existe a concordância da comunidade local conforme abaixo-assinado anexo, portanto, não existe impedimentos que evitem que o projeto seja votado e aprovado. Todas as demais proposições foram aprovadas por unanimidade. Em seguida, foi feito um minuto de silêncio pelo falecimento da senhora Itália Tamagno, ocorrido no dia 18 de novembro de 2002 e pelo falecimento do senhor Achilles Bet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2002. Na sequência, foi lido e após leitura baixará às Comissões competentes para pareceres o projeto de lei nº 103/2002, de autoria da vereadora Laurinha Luiza Dall’Igna – PPB, que denomina de “Professora Maria Genoveva Argenton” a Galeria de Artes anexa ao Centro Cultural de Pato Branco Raul Juglair. Também foi lida a Moção de Aplauso de autoria do vereador Pedro Martins de Mello – PFL, subscrita pelos vereadores Antonio Urbano da Silva – PSC, Enio Ruaro – PFL, Laurinha Luiza Dall’Igna PPB, Leonir José Favim – PMDB, Nelson Bertani – PDT, Nereu Faustino Ceni – PC do B, Silvio Hasse – PDT, Valmir Tasca – PFL, Vilmar Maccari – PDT e Vilson Dala Costa – PMDB, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem seja enviada Moção de Aplauso ao Presidente, Dolivar Lavarda e ao técnico, Márcio Roberto Hiluy Borges, extensivo a toda equipe do Atlético/Fadep Futsal, pela brilhante vitória, sagrando-se campeão da série Prata de Futsal. A Câmara Municipal de Pato Branco aplaude a todos que fazem parte da equipe do Atlético/Fadep Futsal pela classificação para a série Ouro. O jogo decisivo ocorreu no dia 15 de novembro no ginásio de esportes Patão, com a presença de milhares de admiradores e torcedores do Atlético/Fadep. Vencendo a equipe Ricardinho Sports, por 4 a 3, sagrou-se Campeão Paranaense de Futsal da série Prata. No próximo ano o time pato-branquense irá disputar a série Ouro do Campeonato Estadual. A Câmara Municipal de Pato Branco aplaude a todos que direta ou indiretamente, participaram dos jogos, levando a equipe agora a disputar a série ouro. Aplaudimos e torcemos para que o sucesso continue a fazer parte dos jogos que serão disputados no próximo ano, chegando à grande final e tornando-se o número um do futsal paranaense. Parabéns! Após a leitura do projeto de lei e da moção de aplauso, fez uso da palavra o vereador Carlinho Antonio Polazzo – PFL, inscrito no Grande Expediente para falar sobre a situação de abandono que se encontra o Distrito de São Roque do Chopim. O vereador apresentou um vídeo mostrando a situação do Distrito e

disse que o mesmo é muito importante para o desenvolvimento, o progresso e a pujança do município e que através desse gesto, ou seja, com a vinda até a Câmara Municipal dos moradores do Distrito, o prefeito possa através da estrutura da prefeitura que tem por força legal a obrigação e o dever da descentralização administrativa e fazer as ações e obras e melhorias que o Distrito necessita. Entre as reivindicações estão a pavimentação de ruas, a ampliação da iluminação pública, a abertura de uma creche que já está pronta mas não está funcionando e a disponibilidade de um gari ou zelador para a comunidade. Também é solicitado a abertura de uma rua marginal à BR 158, em frente às casas que margeiam a rodovia, uma vez que esses moradores não dispõem de acesso até suas residências. Carlinho Polazzo acrescenta que vários requerimentos já foram enviados desde o ano passado para o Executivo, mas nenhuma providencia foi tomada, sendo que o Distrito tem os mesmos direitos de receber melhorias que um bairro da cidade. O vereador disse que infelizmente talvez não seja prioridade da Prefeitura nessa gestão o Distrito de São Roque do Chopim. O descaso quanto a manutenção das ruas é preocupante como é o caso da rua onde se localiza uma indústria que gera 106 empregos e contrata pessoas não só de Pato Branco, mas de Coronel Vivida, Chopinzinho e até de São Paulo porque falta mão-de-obra na comunidade. O vereador disse que no Distrito existe duas empresas que oferecem mais de 200 empregos e o valor arrecadado com impostos não fica no Distrito e sim vem para Pato Branco. O vereador Carlinho Polazzo falou que espera que a administração municipal não aguarde o último ano de seu mandato para realizar as obras uma vez que demonstraria um ato eleitoral e não administrativo. Destacou todos os problemas e descaso por que passa a comunidade como falta de creche, falta de mão-de-obra e o mato que toma conta das ruas e disse que se até o final do mês se o prefeito municipal não tomar providências com relação às ruas, os moradores do Distrito tomarão. Onde fica o gestor público que tem o dever e obrigação de dar o retorno dos impostos pagos? Finalizou seu pronunciamento dizendo que a prefeitura tem a obrigação de atender os pedidos dos moradores do Distrito, realizando as melhorias necessárias visando melhorar a qualidade de vida da população e que esta Casa de Leis fez a sua parte cobrou, reivindicou e a comunidade espera pelos resultados desejados, porém tudo tem um limite. Após o pronunciamento do vereador Carlinho Antonio Polazzo - PFL, deixou-se espaço livre para as lideranças partidárias se pronunciarem. O vereador Nereu Faustino Ceni - PC do B solicitou que fosse registrado em ata a homenagem ao senhor Achilles Bet, Juiz de Paz, falecido no dia 17 de novembro de 2002, uma pessoa que fez pelo menos 80% (oitenta por cento) dos casamentos cíveis em Pato Branco. Fica a sugestão de que por unanimidade esta Casa indique ao Poder Executivo que registre no nome de um próprio de Pato Branco o nome do senhor Bet, pessoa pioneira e que se enquadra perfeitamente nas normas da legislação de homenagem aos nossos pioneiros. Após o espaço das lideranças partidárias o vereador Vilmar Maccari - PDT, entregou a Moção de Aplauso de autoria dos vereadores Antonio Urbano da Silva - PSC, Clóvis Gresele - PPB, Enio Ruaro - PFL, Leonir José Favim - PMDB, Nelson Bertani - PDT, Valmir Tasca - PFL e Vilmar Maccari - PDT, ao senhor Valdir Alberto Pasa, pelo trabalho musical que desenvolve junto às comunidades e bairros de nossa cidade. Após a entrega da Moção de Aplauso, foi realizado intervalo de 5 (cinco) minutos.

Retornando aos trabalhos, passou-se à apreciação da ordem do dia. Primeiramente, a pedido do vereador Agostinho Rossi – PTB, com aprovação dos demais vereadores, foi retirado de pauta o projeto de lei nº 90/2002, mensagem nº 78/2002, originário do Executivo Municipal, que autoriza o Executivo Municipal proceder a doação de imóvel à empresa Clavah Alumínios Ltda. Aprovado em primeira votação, votação simples, com 14 (quatorze) votos a favor, o projeto de lei nº 95/2002, mensagem nº 74/2002, originário do Executivo Municipal, que autoriza o Executivo Municipal receber em doação em pagamento para quitação de crédito tributário, imóvel de propriedade de Nilso Romeu Sguarezi e Mayra Cardoso Sguarezi. Aprovado em primeira votação, votação simples, com 14 (quatorze) votos a favor, o projeto de lei nº 96/2002, mensagem nº 80/2002, originário do Executivo Municipal, que reconhece oficialmente, no Município de Pato Branco, a Linguagem Gestual Codificada na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente. Finda ordem do dia, fez uso da palavra a senhora Odete Pegoraro Rosa, Diretora Administrativa da ASSIMS – Associação Intermunicipal de Saúde, convidada pelos vereadores Agostinho Rossi – PTB, Antonio Urbano da Silva – PSC, Carlinho Antonio Polazzo – PFL, Silvio Hasse – PDT, Valmir Tasca – PFL e Vilson Dala Costa – PMDB, para apresentar o relatório de atividades da ASSIMS do ano de 2002. A Diretora Administrativa da ASSIMS iniciou seu pronunciamento dizendo que “iria fazer as colocações para as quais foi convidada. A Associação Intermunicipal de Saúde é uma entidade privada sem fins lucrativos, com título de filantropia. Constituída em junho de 1994, por 14 municípios quando da emancipação do município de Coronel Domingos Soares, este também veio fazer parte da Associação. O objetivo inicial da Associação era a prestação de serviços da rede especializada, hoje esses objetivos foram ampliados tendo em vista as necessidades dos municípios também com objetivo de reduzir os custos e as dificuldades de contratação de alguns serviços. Dentro do estatuto social existe uma hierarquia a qual é composta a Associação. O órgão máximo é o Conselho de Prefeitos, da qual o prefeito municipal de Mariópolis, senhor Neuri Gehlen é o coordenador. É ele quem aprova e define as questões financeiras e políticas da Associação. O Conselho de Secretários elabora as políticas e fiscalizam a execução dos serviços. O Conselho Fiscal que é composto por vereadores e secretários municipais de saúde e por contadores eleitos pelos devidos conselhos e também tem a participação de todos os municípios associados, inclusive os vereadores são indicados pela ACAMSOP-M/14, Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná Microrregião – 14, ainda tem uma direção, uma chefia do CRE e uma chefia da Unidade de Coleta. Na fala do Secretário de Saúde de Pato Branco, ele coloca que a Associação é uma prestadora de serviços, compara a Associação com uma outra prestadora de serviços qualquer. Isso não procede, tendo em vista que a Associação possui recursos públicos e que ela não tem uma população da qual paga pelos serviços prestados, os recursos que mantém a Associação são somente recursos públicos advindos do Ministério de Saúde, hoje repassado ao Município de Pato Branco por estar em Gestão Plena e de recursos municipais dos 14 (quatorze) municípios. É preciso salientar também que existe uma grande confusão quando se fala em Conselho de Secretários. Existe o Conselho de Secretários que é da Associação e existe o Conselho

Regional de Secretários Municipais de Saúde da 7ª Regional, que se chama CRESEMS, que tem poder de representação junto à Secretaria de Estado da Saúde. Quando colocado pelo senhor Alceu que os municípios vem extrapolando o seu teto financeiro, queremos deixar claro que a Associação não possui vínculo nenhum com a questão do atendimento hospitalar. Existem tetos à parte para o atendimento hospitalar e tetos definidos para o atendimento ambulatorial eletivo. Por várias vezes o CRESEMS da qual os 15 municípios fazem parte independentemente do Município de Pato Branco estar associado, por várias vezes foi convocado reunião e pedido no início deste mandato quando o novo secretário assumiu para que ele apresentasse a todos os secretários numa reunião do CRESEMS, qual estaria sendo a extrapolação dos recursos no atendimento hospitalar porque o intuito dos municípios em hipótese alguma é trazer algum prejuízo à população de Pato Branco, seja em nível hospitalar ou ambulatorial. Pasmem os senhores que o nosso secretário até hoje não apresentou relatório nenhum, muito menos comprovando o que vem dizendo de que está deixando de dar atendimento à população de Pato Branco, privilegiando o atendimento à população dos outros municípios. Numa reunião da Bipartite Regional que é um órgão deliberador foi solicitado que o doutor Alceu apresentasse esses relatórios, ele sequer compareceu à reunião. Então eu acho que ele está se eximindo de um papel que ele deveria estar fazendo e que não vem fazendo. Inclusive nessa reunião, comprovado em ata foi solicitado a intervenção do Estado para que definisse e levantasse essa questões com relação a Pato Branco.” Em seguida a senhora Odete Pegoraro Rosa entregou cópia de relatórios da ASSIMS aos senhores vereadores para que posteriormente continuasse seu pronunciamento. Continuando disse que “em sua fala também nesta Casa o senhor secretário falou que seu teto junto à Associação era de R\$ 25.900,00 (vinte e cinco mil e novecentos reais). Houve um engano muito grande porque sempre em todos os levantamentos em todo o histórico do teto financeiro dos municípios, o Município de Pato Branco era portador de um teto de R\$ 14.287,21 (quatorze mil, duzentos e oitenta e sete reais e vinte e um centavos). Podemos acompanhar a evolução do teto financeiro que é o que o secretário de Pato Branco muito questiona, eu gostaria que os senhores acompanhassem porque em momento nenhum a Associação pretendeu ou pretende ser gestora da área de saúde de Pato Branco, em momento algum, e sim a única coisa que os prefeitos da região e os nossos secretários pretendem é que seja respeitado um teto financeiro que por força de circunstâncias, por força de lei deve vir ao Município de Pato Branco. Eu também queria complementar que toda alteração de teto financeiro que houve, como podem acompanhar nas planilhas, possuímos documentos comprobatórios com relação a isso. O outro questionamento do secretário de Pato Branco também é com relação ao que os municípios ou ao que a Associação vem faturando com relação ao Município de Pato Branco. Gostaria de salientar que numa das planilhas o que está entre parênteses foi saldo que os municípios ficaram com relação ao Município de Pato Branco, que não utilizaram seu teto financeiro, que isso não procede, se vocês analisarem e avaliarem as planilhas verão que existe um saldo positivo, com relação aos municípios, que ficou no Município de Pato Branco. Gostaríamos de questionar também ao secretário do porquê que ele não menciona os anos de 2001 e 2002. A outra questão seria o aumento da programação sem que

houvesse uma implementação de teto financeiro. Senhores vereadores, infelizmente eu acho que a nossa secretaria não sabe definir quando a Associação apresenta a sua fatura mensal é encaminhada toda a documentação comprobatória dos atendimentos realizados por ela, identificando o município da qual procede ao atendimento, de onde vem o paciente. Em momento algum pretendemos fazer alteração do nosso teto financeiro e nem temos poder para isso e também não queremos, sem que houvesse a autorização prévia e a assinatura do senhor secretário, isso não cabe a nós. O vereador Nelson Bertani – PDT perguntou com relação ao resumo da fatura, por que do saldo de R\$ 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil) negativos. Odete explicou que os municípios deixaram de usar esse dinheiro e que o mesmo ficou em Pato Branco. Os municípios possuem um teto definido e que estavam alocados na Associação tendo em vista que sempre que houve alguma implementação de recursos, houve um acordo prévio entre os secretários, em reunião do CRESEMS e em reunião da própria Associação, de que somente esse recurso seria repassado a Pato Branco se fossem alocados na Associação para que os municípios pudessem fiscalizar a execução desses serviços. Então da alocação dos recursos que foram feitos para Pato Branco e alocados dentro da Associação, esse recurso sobrou no Município de Pato Branco, que os municípios deixaram de utilizar, na área ambulatorial, bem definido isso. O vereador Leonir José Favim – PMDB, perguntou com relação ao ano de 2000, quanto ficou para o município? Odete explicou que esse relatório que o vereador Favim está questionando é o histórico do teto financeiro, não é os recursos utilizados. Existem dois relatórios, um da evolução do teto e um dos serviços utilizados. A Diretora continuou seu pronunciamento dizendo que existe uma outra questão que é muito questionada entre os nossos secretários que é a questão do nosso secretário não comparecer em nenhuma reunião do CRESEMS e quando envia representantes, os mesmos desconhecem o assunto ou então dizem que não têm poder decisório ou poder de voz para que se resolvam situações e isso temos comprovado em atas. O nosso secretário colocou aos senhores vereadores, que quando Pato Branco estava associado eram realizadas via associação uma média de mil a mil e cem consultas por mês. Esta Casa já recebeu um relatório e que existe uma comprovação de pelo menos 1.800 (mil e oitocentas) consultas por mês, os senhores vereadores têm conhecimento de que alguns dos serviços não são realizados pelo valor da tabela SUS e que existe realmente uma complementação por parte dos municípios e quem define essa complementação são os senhores prefeitos. Toda a definição de recursos financeiros dentro da Associação é definida dentro do Conselho de Secretários e dentro do Conselho de Prefeitos. A questão tão falada da mamografia, da campanha contra o câncer de mama, eu gostaria de fazer uma colocação aos senhores, que de forma alguma o intuito da Associação foi passar por cima da autoridade do senhor secretário, nos preocupamos muito mais com a legalidade porque nós também hoje prestamos contas ao Tribunal de Contas e é uma exigência do Tribunal que se faça isso. Como desde o mês de abril estávamos aguardando que o município se pronunciasse através do convênio, nós quando não do recebimento e na insistência de marcar os referidos exames, nós tomamos a frente para que se fizesse o convênio. Uma colocação muito séria, duas colocações, na questão da prótese auditiva, existia uma portaria nova do Ministério no início do ano de 2001 que

definia a forma de atendimento e mudava toda a forma de atendimento que estava sendo executada e nós entramos com o projeto de credenciamento do referido serviço através da Associação, pasmem os senhores, que esse projeto foi encaminhado no mês de março, entregue à Secretaria Municipal de Saúde de Pato Branco, entregue à 7ª Regional de Saúde, da qual encaminhou ao Estado para que fizesse análise, a Secretaria de Estado de Saúde e devolvida no dia 26 de abril de 2001 e até hoje nós não obtivemos resposta. Hoje somos sabedores que existe uma empresa privada prestando esse serviço e pelo que conhecemos das normas do sistema, a princípio deveria ser esgotada a capacidade instalada da rede pública, das entidades filantrópicas sem fins lucrativos e posteriormente as empresas privadas com fins lucrativos. Acho que isso é uma questão que já está na Promotoria Pública e que gostaríamos de apurar. A outra questão que está aí, que é recente, que tínhamos prazo até o dia 14, quinta-feira, é a questão do HIV. No mês de março, fomos intimados, os municípios foram intimados pelo secretário Municipal de Saúde para que procedesse ao atendimento dos pacientes relativos aos 14 municípios, através da Associação, tendo em vista que quando implantado esse programa pelo Ministério de Saúde o Município de Pato Branco prontamente se habilitou para ser referência aos 15 municípios, com isso recebendo recursos, capacitando pessoal com recursos do Ministério da Secretaria de Estado, para então a partir de março de 2001 dizer que não tinha mais condições de fazer isso e que estaria passando essa incumbência aos municípios. Os municípios conversaram com a Secretaria de Estado e prontamente assumiram e hoje o Ministério com uma preocupação coloca um recurso de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) durante três anos como um incentivo para a capacitação de pessoal e também complementar com equipamentos as unidades existentes. Pato Branco não apresentou projeto e muito menos o planejamento orçamentário para poder estar recebendo esses recursos porque a Associação também teria parte desses recursos por estar atendendo aos 14 municípios. Após a explanação da senhora Odete Pegoraro Rosa, passou-se ao questionamento dos vereadores. O vereador *Valmir Tasca* – PFL disse que existe uma Comissão Especial na Câmara Municipal com o objetivo de fazer estudos para ver se houve prejuízos para o Município de Pato Branco na desfiliação da ASSIMS, diante dessa colocação faço minha pergunta. O secretário de saúde de nosso município em todos os pronunciamentos que fez nesta Casa de Leis disse que prova por “a mais b” que o município estava tendo muito prejuízo sendo associado à ASSIMS. Na sua opinião o município ganha com isso ou realmente estava tendo prejuízo? A senhora *Odete Pegoraro* respondeu que é difícil avaliar porque a gente desconhece os documentos que pudessem comprovar essa situação por parte do Município de Pato Branco, agora eu acho que seria interessante que ele apresentasse esses relatórios e que a gente também tivesse conhecimento disso para que pudssemos apresentar para os demais municípios. Quero crer que não possa estar acontecendo isso, porque a nossa forma de trabalho é muito transparente e procuramos sempre ter o menor custo e melhor a qualidade para a população SUS.

*Vilmar Maccari* - PDT: A senhora falou que o Secretário de Saúde não sabe qual é o verdadeiro papel dele. Gostaria que descrevesse qual seria o papel do Secretário de Saúde de Pato Branco.

*Odete Pegoraro Rosa*: Perdoe-me se deixei entender isso, mas quero crer que o papel de todo e qualquer secretário, não apenas o de saúde, é gerenciar



e coordenar a sua secretaria. *Carlinho Antonio Polazzo - PFL*: Esse convênio, até alvo de um ofício que está nesta Casa de Leis, com relação com o convênio de mamografia que acabou passando o prazo e a Prefeitura não assinou o convênio, gostaria de saber como está essa situação, qual é a alegação da prefeitura pela demora desse convênio e se o prefeito tem ciência desse convênio, do tempo que está passando e não se assina esse convênio e qual a alegação por não ter assinado até agora? *Odete Pegoraro Rosa*: O que nós recebemos lá, depois da aprovação do Conselho de Prefeitos na efetivação desse convênio porque o Município de Pato Branco deixou de ser associado, recebemos um ofício do Secretário de Saúde dizendo que ele não necessitava mais dos nossos serviços porque tinha efetivado um convênio com um prestador privado. Se o prefeito de Pato Branco tem conhecimento ou não eu desconheço. *Antonio Urbano da Silva - PSC*: Com relação à diferença dos R\$ 375.102,50 (trezentos e setenta e cinco mil e cento e dois reais e cinquenta centavos), gostaria que explicasse melhor a respeito dessa diferença. *Odete Pegoraro Rosa*: A Associação possui um teto financeiro, um recurso do qual é dos 14 municípios e que está alocado na Associação Intermunicipal de Saúde para a prestação desses serviços. Em 1998 extrapolamos o teto da Associação em R\$ 12.093,00, gostaria de salientar que essa extrapolação muito dessa extrapolação era para atendimento da própria população de Pato Branco quando associada. Em 1999 tivemos uma extrapolação de R\$ 7.227,17, no ano de 2000 os municípios deixaram de usar em serviços R\$ 111.527,53 que ficou no Município de Pato Branco; em 2001 R\$ 236.584,69; em 2002, de janeiro até outubro ela deixou de usar R\$ 46.310,92, totalizando um recurso que se refere aos 14 municípios que ficaram na Secretaria Municipal de Pato Branco, no valor de R\$ 375.102,50. Isso quer dizer que os municípios deixaram de usar esses recursos em serviços da qual podem ser utilizados pelo Município de Pato Branco. *Agustinho Rossi - PTB*: A média nacional de recursos aplicados em saúde é uma média a qual Pato Branco gasta simplesmente o dobro, e a nossa resposta é a seguinte: se Pato Branco gasta o dobro da média nacional, qual é a prestação de serviços que está sendo efetivada à saúde pública do Município de Pato Branco. Só gostaria de saber o seguinte, esses R\$ 375.102,50 (trezentos e setenta e cinco mil e cento e dois reais e cinquenta centavos), estão alocados para a ASSIMS, quem está de posse desses recursos? *Odete Pegoraro Rosa*: A Secretaria Municipal de Pato Branco. *Nereu Faustino Ceni - PC do B*: Qual desvantagem que tem o Município de Pato Branco em não pertencer mais à ASSIMS? *Odete Pegoraro Rosa*: Gostaria de nesse momento de responder não como Diretora da Associação e nem representando aqui o Conselho de Prefeito e o Conselho de Secretários, mas responder como cidadã de Pato Branco e que também muitas vezes necessito do atendimento em saúde, eu acho que só tivemos desvantagens e isso digo a qualquer pessoa que me faça essa pergunta. *Nereu Faustino Ceni - PC do B*: Gostaria que enumerasse as desvantagens para que pudéssemos tratar do assunto. *Odete Pegoraro Rosa*: Eu acho que em todos os aspectos, desculpe-me vereador, mas em todos os sentidos eu acho que houve um prejuízo muito grande à população de Pato Branco, porque ela tinha dentro da Associação junto com os demais 14 municípios desde o atendimento básico quando ele entrasse que era a verificação de uma pressão, até o medicamento, transporte, serviço de apoio que é realizado em Curitiba e com um custo que nós questionamos o Município de Pato Branco com relação a isso. *Nereu Faustino*

*Ceni – PC do B:* A senhora quer dizer que o Município de Pato Branco gasta mais com saúde, gasta mais recursos e não tem o mesmo atendimento dos serviços que obtinha com a ASSIMS? *Odete Pegoraro Rosa:* Eu não posso afirmar isso porque não tenho relatórios. Agora, que a nossa população de Pato Branco está desassistida com certeza está, porque freqüentemente temos pessoas de Pato Branco procurando os nossos serviços, inclusive se prontificando a pagar e os municípios vizinhos, de divisa com Pato Branco que o digam isso, que muitas vezes assistiram e atenderam pacientes do Município de Pato Branco. *Dirceu Dimas Pereira – PPS:* Qual a empresa privada que está credenciada pela Secretaria Municipal para a prótese auditiva? E se a ausência de Pato Branco do contexto da Associação está prejudicando ou se por esse motivo não veio para Pato Branco e os municípios a verba correspondente ao convênio do HIV? *Odete Pegoraro Rosa:* Vou responder a primeira pergunta. Não sei dizer neste momento como é o nome da empresa, mas a proprietária é a doutora Elizabeth Simões que eu quero crer uma ligação grande com o secretário. Respondendo a segunda pergunta, quero dizer que só prejudicou aos munícipes de Pato Branco como também a dos demais 14 municípios. Só trouxe prejuízo porque nós temos hoje dentro da Associação uma equipe que está sendo capacitada dia-a-dia, que é uma reciclagem permanente desses profissionais para que possam realmente assistir e dar um bom atendimento a esta população tão necessitada e portadores de um problema, que eu acho que traz dificuldades muito grandes no relacionamento interpessoal, interfamiliar. *Dirceu Dimas Pereira – PPS:* Só complementando, a verba veio do Governo? *Odete Pegoraro Rosa:* Não, ela até pode vir, mas imediatamente deve ser devolvida porque não foi encaminhado o projeto de aplicação desses recursos. *Dirceu Dimas Pereira – PPS:* Esse projeto envolveria todos os municípios participantes da Associação? *Odete Pegoraro Rosa:* Todos os municípios participantes da Associação, e o Município de Pato Branco, inclusive esta situação do HIV está sendo levada em uma reunião em nível estadual amanhã, que acontece na Secretaria de Estado, informado pela coordenadora do projeto, a senhora Maria Cristina, porque é a única região do Paraná que não apresentou nenhum projeto. *Leonir José Favín – PMDB:* A senhora afirmou que a Secretaria de Saúde a usar serviços de terceiros deveria usar de entidades que não tem fins lucrativos. Quer dizer que nesse caso o município estaria além de pagar mais caro e deixando de usar os serviços de dentro de casa e usando de fora. *Odete Pegoraro Rosa:* Não sei informar precisamente qual está sendo o custo disso, mas dentro da norma do Sistema Único de Saúde, ele deixa bem claro que a princípio devemos usar toda a capacidade instalada, todos os recursos que temos em nível público e depois passar para as entidades filantrópicas sem fins lucrativos e em terceiro lugar, segundo me consta seriam os sindicatos e posteriormente as entidades privadas com fins lucrativos. *Vilmar Maccari – PDT:* Alceu Rech nos colocou que Pato Branco é o município gestor e estando associado à ASSIMS estaria tendo um prejuízo com os demais municípios, se faltasse verbas para os demais municípios, Pato Branco estaria bancando, isso é verdadeiro? *Odete Pegoraro Rosa:* Não, infelizmente essa informação não procede porque desde a utilização dos recursos enviados à Secretaria Municipal de Saúde de Pato Branco é computado em separado por município e, somente é faturado contra cada município o que é realmente autorizado e posteriormente realizado pela Associação. Então, em momento algum Pato

Branco pagou a conta de outros municípios, em nenhum momento, isso temos comprovado em todos os nossos relatórios. *Vilmar Maccari – PDT*: O Alceu tem esse relatório que recebemos? *Odete Pegoraro Rosa*: Na época da desassociação de Pato Branco, o senhor prefeito e o presidente desta Casa na época, também receberam o mesmo relatório. *Carlinho Antonio Polazzo – PFL*: Quem tomou a decisão do desligamento da ASSIMS? *Odete Pegoraro Rosa*: Na época recebemos um ofício assinado pelo prefeito municipal e pelo secretário municipal de saúde. *Carlinho Antonio Polazzo – PFL*: Mais algum município manifestou insatisfação ou se desligou da ASSIMS? *Odete Pegoraro Rosa*: Não, o único município foi Pato Branco. *Nelson Bertani – PDT*: Se for fazer uma ecografia, por exemplo, na ASSIMS, o cidadão paga alguma coisa? *Odete Pegoraro Rosa*: não. Os custos da Associação são mantidos pelos municípios. *Nelson Bertani – PDT*: A Associação paga integralmente. Se for uma ecografia? *Odete Pegoraro Rosa*: Nenhum paciente paga. Nós não recebemos nenhum centavo de nenhum paciente. *Clóvis Gresele – PPB*: É uma matéria muito importante, só que não temos dados de lado nenhum, nem da Fundação e nem da ASSIMS e quando surgiu este descredenciamento, nós procuramos o Alceu preocupados com isso e ele me mostrava os convênios que estava tentando fazer com profissionais e que fizeram e que o preço que estavam pagando para esses profissionais era inferior ao que pagavam para a ASSIMS, bem como o exame de mamografia, Alceu nos passou que contratou serviços mais baratos do que se fosse pela própria ASSIMS. *Odete Pegoraro Rosa*: quando houve a formalização da Associação houve a assinatura de um convênio junto à Secretaria de Estado da Saúde, dizendo que os equipamentos cedidos pelo Estado como também os recursos humanos que estariam sendo cedidos pelo Estado para ficarem na Associação, seria para o atendimento aos municípios associados. Quando Pato Branco se desassociou nós efetivamente deixamos de atender a população de Pato Branco. Eu lhe devolvo a pergunta com um questionamento também. O senhor acharia justo que os outros 14 municípios estiverem participando com o custeio da Associação e o Município de Pato Branco que não está participando com o custeio tivesse os mesmos privilégios que os demais municípios? Tendo em vista que hoje repassado aos municípios é somente o custo da realização dos serviços e que se Pato Branco está comprando algum serviço com valor menor ao da Associação eu gostaria de saber disso e os demais municípios também gostariam e teriam muito interesse em saber disso. *Clóvis Gresele – PPB*: Se a Secretaria não está contribuindo com a ASSIMS, é lógico que não deve receber os recursos da ASSIMS, mas quanto aos convênios, o doutor Alceu colocou bem claro que, é o que eu falei não temos dados de lado nenhum e é difícil discutir. *Odete Pegoraro Rosa*: Colocamos à disposição todo e qualquer relatório da Associação para que os senhores tenham conhecimento. O vereador *Valmir Tasca – PFL* solicitou que fosse transcrito em ata o pronunciamento da senhora Odete e também os questionamentos dos senhores vereadores para ser utilizado na Comissão. Para finalizar a senhora Odete Pegoraro Rosa disse que se hoje estou aqui é porque o Coordenador e os Conselhos de Prefeitos e Secretários me autorizaram que viesse até esta Casa e fizesse a explanação desses dados comprobatórios de toda a documentação que temos da Associação. Em momento nenhum atacar a pessoa do Secretário de Saúde de Pato Branco, a única coisa é lamentar a forma de que está sendo a população de Pato Branco assistida na área de saúde,

porque nós temos funcionários e todos residem no Município de Pato Branco e sabemos das dificuldades que eles tem em ter qualquer tipo de assistência. Gostaríamos também de colocar à disposição dos senhores vereadores, toda a documentação da Associação, a nossa pessoa para qualquer questionamento que porventura não ficaram bem esclarecidos porque o tempo é curto e gostaríamos também de aproveitar o ensejo para até desafiar o Secretário de Saúde de Pato Branco para que ele comprove através de documentos tudo isso que ele vem dizendo na imprensa regional colocando a população de Pato Branco contra a população dos demais municípios dizendo que a população de Pato Branco não está sendo atendida porque os recursos estão sendo utilizados para atender munícipes de outros municípios. Coloco-me a disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário. Após o pronunciamento e os questionamentos feitos pelos vereadores para a senhora Odete Pegoraro Rosa, passou-se ao espaço destinado às explicações pessoais. Nada mais havendo a ser tratado foi encerrada a sessão. Lavramos a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 18 de novembro de 2002.

  
Silvio Hasse  
Presidente

  
Laurinha Luiza Dall'Igna  
1ª Secretária